



**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

**Unidade Universitária de Dourados**

**Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Segurança Pública com Ênfase em Políticas Estratégicas e Alto Comando**

**PROJETO PEDAGÓGICO**

**Dourados/MS  
2016**

- Aprovado *ad referendum* pela Resolução CEPE-UEMS N° 1.600, de 29/4/2016.
- Homologado pela Resolução CEPE-UEMS N° 1.619, de 24/5/2016.

## COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Comissão de elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Segurança Pública com Ênfase em Políticas Estratégicas e Alto Comando, da Unidade Universitária da UEMS/Dourados/MS, constituída pela Portaria UEMS nº 32 de 04 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, de nº 9.139, de 6 de abril de 2016, pág. 25.

Prof. Me. Eliotério Fachin Dias  
Prof. Me. Joaquim Carlos Klein de Alencar  
Prof. Dr. Laércio Alves de Carvalho  
Prof. Me. Rogério Turella  
Prof. Dr. Wander Matos de Aguiar (Presidente)

## SUMÁRIO

1.	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	4
2.	PROPONENTE.....	4
3.	JUSTIFICATIVA.....	4
4.	CONCEPÇÃO DO CURSO.....	5
5.	HISTÓRICO DA UEMS.....	6
5.1	Histórico do curso de Direito da Unidade Universitária de Dourados.....	6
6.	OBJETIVOS.....	8
6.1	Objetivo Geral.....	8
6.2	Objetivos Específicos.....	8
7.	PÚBLICO-ALVO E NÚMERO DE VAGAS.....	9
8.	PERFIL DO EGRESSO.....	9
9.	COORDENAÇÃO E COLEGIADO DO CURSO.....	9
10.	PERÍODO DE REALIZAÇÃO.....	9
11.	MATRIZ CURRICULAR, CARGA HORÁRIA E CRÉDITOS DAS RESPECTIVAS DISCIPLINAS.....	9
12.	DISCIPLINAS: EMENTAS, OBJETIVOS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	10
13.	TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO – TCC.....	21
14.	CRITÉRIOS PARA OBTENÇÃO DE CERTIFICADOS.....	21
15.	METODOLOGIA.....	22
16.	SISTEMA DE AVALIAÇÃO.....	22
17.	ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	22
18.	INFRAESTRUTURA.....	22
18.1	Coordenação do Curso.....	22
18.2	Sala de Aula.....	23
18.3	Acervo bibliográfico.....	23
18.4	Acesso ao acervo.....	23
18.5	Empréstimo.....	23
18.6	Laboratórios e equipamentos.....	23
18.7	Recursos de informática, com conexão com a internet e acesso a bases de dados .....	23
19.	DAS PARCERIAS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES E ÓRGÃOS.....	24

ANEXO-I – CORPO DOCENTE

ANEXO-II – CORPO DOCENTE E RESPECTIVAS CARGAS HORÁRIAS

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Segurança Pública com Ênfase em Políticas Estratégicas e Alto Comando.

## 2. PROPONENTE

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

## 3. JUSTIFICATIVA

A UEMS, que vem despontando no cenário educacional brasileiro, não só em seus cursos de graduação como também de pós-graduação, ao tomar conhecimento da necessidade de o Corpo de Bombeiros Militar do Mato Grosso do Sul em promover, na cidade de Campo Grande, um Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Segurança Pública com Ênfase em Políticas Estratégicas e Alto Comando visando a capacitação de seus altos oficiais, constituiu comissão para a análise de viabilidade técnica e pedagógica ao atendimento desta demanda.

A capacitação contínua tem sido, por sua vez, uma busca permanente de todas as instituições, privadas e públicas e, em determinados momentos, constituindo-se em fator preponderante na ascensão funcional de determinados grupos de servidores, como é o caso dos altos oficiais militares de nosso estado, em especial do Corpo de Bombeiros de Mato Grosso do Sul.

Por sua vez, conforme previsão legal constante na Lei Complementar nº 053 de 30 de agosto de 1990 as promoções na carreira do Corpo de Bombeiros Militar do Mato Grosso do Sul (CBMMS) estão submetidas às existências de vagas, interstício mínimo e aos processos de habilitação por curso de capacitação ou formação técnica específica.

A ascensão na hierarquia do Oficial Bombeiro Militar (BM) se dá mediante promoção, de forma seletiva, gradual e sucessiva. A promoção de Oficiais está prevista na Lei nº 61/1980 e está regulamentada pelo Decreto nº 10.768, de 9 de maio de 2002. Tal decreto prevê a necessidade de cursos como critério para ingresso em Quadro de Acesso à promoção.

Nos termos do inciso III do art. 9º do Decreto nº 10.768, de 9 de maio de 2002, por sua vez, o Curso Superior de Bombeiro (CSBM) é condição para ingresso no Quadro de Acesso à promoção de Coronel e, tendo-se em vista que a Lei Complementar nº 188, de 3 de abril de 2014, prevê a possibilidade de que este Curso (CSBM) se dê na forma de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Segurança Pública com Ênfase em Políticas Estratégicas e Alto Comando, nível de especialização.

Para definição das competências a serem trabalhadas na formulação dessa proposta, reitera-se o atendimento às normas internas da UEMS, nos termos do art. 17 do Regimento do *Lato Sensu*, bem como das diretrizes da Matriz Curricular Nacional (MCN) da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), que utilizou por sua vez a Classificação

Brasileira de Ocupações (CBO) como instrumento de partida para definir um perfil profissiográfico, identificando as competências necessárias para os profissionais da segurança pública.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a CBO é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Sua atualização e modernização se devem às profundas mudanças ocorridas no cenário cultural, econômico e social do País nos últimos anos, implicando alterações estruturais no mercado de trabalho.

Com a padronização de códigos e descrições, a CBO assume uma dimensão estratégica importante, possibilitando a integração das políticas públicas, sobretudo no que se refere aos programas de qualificação profissional.

Após análise desta necessidade pela comissão especialmente instituída para este fim, verificou-se a viabilidade pedagógica, técnica e financeira para a oferta de um curso capaz de atingir os objetivos buscados por aquela corporação, resultando na elaboração do projeto pedagógico e regulamento do curso, o que proporcionará a esta Universidade a ampliação de seu alcance e reconhecimento, principalmente em termos regionais, ao atender a necessidade de um ente também ligado ao Estado de Mato Grosso do Sul, demonstrando a capacidade desta Universidade em propiciar o atendimento a esta e outras demandas de igual natureza que por ventura venham a se apresentar futuramente.

Através do Termo de Cooperação Técnica Financeira nº 31/501.210/2016 celebrados entre a Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), o Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso do Sul (CBMMS), Fundação Escola de Governo (ESCOLAGOV) e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento de Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT), será oportunizado ao seu público alvo o enriquecimento da formação técnica, científica ou profissional, desenvolvendo o domínio das técnicas de investigação, de maneira específica e aprofundada nas diferentes áreas de conhecimento.

Por fim, a oferta deste Curso irá atender a uma demanda específica do CBMMS para o contínuo aprimoramento dos seus Oficiais Superiores, inclusive com a possibilidade de ascensão à função de Coronel. Tendo em vista o Termo de Cooperação firmado, esta oferta poderá ser ampliada para outros Oficiais Superiores do quadro de oficiais do CBMMS e/ou Oficiais Superiores Militares Estaduais.

A organização do cronograma de aulas em horários diferenciados garantirá a permanência dos oficiais em seu trabalho, sem a necessidade de afastamento integral para a capacitação.

O corpo docente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul tem o potencial, a capacidade pedagógica e técnica para a oferta desta demanda, conforme matriz curricular do curso e quadro docente em anexo.

#### **4. CONCEPÇÃO DO CURSO**

O Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Segurança Pública com Ênfase em Políticas Estratégicas e Alto Comando da UEMS, ofertado pelo docentes do Curso de Direito de Dourados, com a colaboração de docentes de outras áreas do conhecimento desta universidade, na Unidade Universitária de Campo Grande, deverá observar as normas vigentes na Instituição referentes aos cursos de pós-graduação, quais sejam:

- Garantir a atividade de ensino de pós-graduação e a manutenção de corpo docente adequadamente qualificado;
- Integrar o ensino de pós-graduação, enquanto instrumento viabilizador e fortalecedor da educação continuada e permanente em todos os seus níveis, em especial aos cursos de graduação da UEMS;
- Articular o ensino de pós-graduação com a pesquisa institucional;
- Promover o intercâmbio entre os ensinos de graduação e de pós-graduação já oferecido pela Instituição e a comunidade externa;
- Colaborar com o desenvolvimento tecnológico, científico, econômico, social, ambiental, político e cultural, em nível local e regional;
- Garantir a divulgação das produções científicas no âmbito da pós-graduação.

Deverá promover, ainda, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, de forma a fortalecer esse tripé na Instituição, e colaborar para que sejam realizados estudos avançados, visando a ampliação do acesso à justiça aos cidadãos e à coletividade.

## 5. HISTÓRICO DA UEMS

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), com sede na cidade de Dourados, foi criada pela Constituição Estadual de 1979 e ratificada em 1989, conforme o disposto em seu artigo 48, Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias. É uma Instituição de natureza fundacional pública, mantida pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, com autonomia didático-científica, administrativa, financeira, disciplinar e patrimonial, nos termos das legislações em vigor, e rege-se por seu Estatuto, oficializado por meio do Decreto Estadual nº 9.337, de 14 de janeiro de 1999.

Quanto aos atos Regulatórios da UEMS, registra-se que embora criada em 1979, a implantação da UEMS somente ocorreu após a publicação da Lei Estadual nº 1.461, de 20 de dezembro de 1993, e do Parecer do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul CEE/MS nº 08, de 09 de fevereiro de 1994.

Na sequência, por meio do Parecer CEE/MS nº 215 e da Deliberação CEE/MS nº 4.787, ambos de 20 de agosto de 1997, foi-lhe concedido credenciamento por cinco anos, prorrogado até 2003, pela Deliberação CEE/MS nº 6.602, de 20 de junho de 2002. O credenciamento foi concedido por meio da Deliberação CEE/MS nº 7447, de 29 de janeiro de 2004, pelo prazo de cinco anos, a partir de 2004, prazo este prorrogado pela Deliberação CEE/MS nº 8955, de 16 de dezembro de 2008, por três anos, de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2011. Mais recentemente, no ano de 2012, a UEMS obteve novo credenciamento por intermédio da Deliberação CEE/MS nº 9943, de 19 de dezembro de 2012, pelo prazo de seis anos, de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2018.

### 5.1. Histórico do curso de Direito da Unidade Universitária de Dourados

O Curso de Direito da UEMS foi criado e implantado inicialmente, nos municípios de Três Lagoas e Paranaíba, em 1994. Em 1996, após um acordo interinstitucional entre a UEMS e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), esta assumiu o curso de Direito em Três Lagoas; sendo remanejadas e oferecidas as vagas da UEMS, a partir de 1997, para a Unidade de Dourados, no período matutino. Posteriormente, em 2002, foi criado o Curso de Direito da UEMS, na Unidade Universitária de Naviraí, com oferta de 40 (quarenta) vagas, no período noturno.

Implantado em julho de 1997, o Curso de Direito da UEMS, Unidade Universitária de Dourados consolidou-se, graças ao empenho e à dedicação dos professores, coordenadores, técnicos e alunos; rompendo com o antigo ensino jurídico tecnicista e positivista, com a reformulação do Projeto Pedagógico em 2004, oferecendo um curso mais humano e comprometido com os direitos e garantias fundamentais; propiciando a sua solidificação, através do desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão, pelos seus professores e alunos.

Como prêmio do trabalho desenvolvido, o Curso recebeu as seguintes distinções: 4 (quatro) Estrelas nos anos de 2007, 2011, 2013 e 2014 e 5 (cinco) Estrelas, em 2012, outorgados pela Revista Guia do Estudante, em razão da ótima avaliação recebida. Sendo contemplado, ainda, nos anos de nesses mesmos anos, com a outorga do Selo “OAB Recomenda”, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Nacional, pela excelência do Ensino Jurídico ofertado.

O Curso de Direito da UEMS, Unidade Universitária de Dourados, realizou congressos e encontros científicos, em parceria com as Faculdades de Direito e Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), intitulado “Congresso e Encontro Científico Transdisciplinar de Direito e Cidadania”, produzindo e publicando os respectivos trabalhos científicos apresentados, em Anais.

Os egressos e alunos do Curso de Direito da UEMS, Unidade Universitária de Dourados, desde a colação de grau da 1ª turma (2002), têm conquistado consideráveis índices de aprovação, seja nos sucessivos exames de seleção para estagiários do Ministério Público Estadual (MPE), Ministério Público Federal (MPF), Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e, Defensoria Pública; seja nos Exames da Ordem promovidos pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção Mato Grosso do Sul e Nacional. E, ainda, em concursos públicos para agentes e delegados da Polícia Federal, técnicos da Controladoria Geral da União (CGU), juízes dos Tribunais de Justiça de Mato Grosso do Sul e Paraná, além de outros.

A experiência em cursos de Pós-Graduação já se encontram presentes na estrutura do curso de Direito em Dourados desde o ano de 2013, data a partir da qual tem sido ofertado o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direitos Difusos e Coletivos pelo Curso de Direito da UEMS/Dourados que, por sua vez, funda-se nas seguintes premissas:

- Existência de grupos de pesquisa cadastrados no CNPq visando desenvolver estudos e pesquisas voltados para o campo do conhecimento jurídico;
- Previsão no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/UEMS 2009/2013) da implantação de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, também, na área de Direito;



- Necessidade de suscitar a pesquisa e a reflexão sobre questões relativas à “Cidadania e os Direitos Coletivos e Difusos”; e,
- Necessidade de articulação entre a Graduação e a Pós-Graduação, definidos pelo Projeto Pedagógico do Curso de Direito da UEMS/Dourados, aprovado em 2010.

Da mesma forma, a participação deste curso na área de segurança pública também não será novidade, haja vista a oferta, já em 2013, de Curso de Capacitação e Treinamento em Segurança Pública, na modalidade extensão, voltada aos conceitos de Polícia Cidadã, com o envolvimento de aproximadamente 20 alunos. Além da existência do grupo de pesquisa “Núcleo de Estudos e Pesquisas em Direito, Estado, Constituição e Direitos Fundamentais e Humanos”, existente desde 2008 e que apresenta dentre suas Linhas de Pesquisa a busca por estudos em “Sociedade, Controle Social e Sistema de Justiça”, contribuíram sobremaneira à construção da presente proposta.

Assim sendo, e contando com a colaboração e o apoio de docentes de outras áreas do conhecimento, haja vista as peculiaridades da especialização que ora se busca, o Curso de Direito de Dourados encontra-se plenamente capacitado à promover a oferta desta Especialização, ainda que a mesma, por questões de logística, seja ofertada na Unidade Universitária de Campo Grande, haja vista a impossibilidade de exigir o deslocamento de aproximadamente 42 (querenta e dois) alunos para a cidade de Dourados, tornando-se muito mais eficiente e eficaz que os docentes para lá se dirijam com esta finalidade.

Por fim, tendo a UEMS sido contemplada recentemente com uma unidade universitária própria, ampla e com espaços disponíveis na Unidade Universitária de Campo Grande, propiciará a estrutura física necessária a essa finalidade.

## **6. OBJETIVOS**

### **6.1 - Objetivo Geral**

Qualificar, com uma visão multidisciplinar e humanística, Oficiais Superiores Militares Estaduais de Mato Grosso do Sul (Tenentes-coronéis e Majores com mais de 3 anos no posto), em especial do Corpo de Bombeiros Militares do estado de Mato Grosso do Sul, portadores de graduação superior em qualquer área do conhecimento, conforme estabelecido no Termo de Cooperação Técnica Financeira nº 31/501.210/2016, para que sejam capazes de planejar, implementar e tomar decisões para a gestão do sistema de segurança pública, com uma atuação mais efetiva e eficiente em um contexto em que se ampliam as demandas sociais por melhorias.

### **6.2 - Objetivos Específicos**

a) Atualizar e ampliar os conhecimentos estratégicos e administrativos dos Oficiais Superiores do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, e outras Corporações Militares Estaduais Co-irmãs, indispensáveis ao planejamento e a ação Militar Estadual para o exercício das funções de comando, chefia e liderança;

b) Fornecer uma formação, com base em princípios jurídicos, humanitários e éticos, capaz de promover a integração entre os agentes de segurança e a comunidade e de entender o impacto da segurança pública sobre a realidade socioeconômica brasileira;



c) Aperfeiçoar as habilidades técnicas e operacionais inerentes às atribuições do profissional.

## **7. PÚBLICO ALVO E NÚMERO DE VAGAS**

Oficiais Superiores Militares Estaduais de Mato Grosso do Sul (Tenentes-coronéis e Majores com mais de 3 anos no posto), em especial do Corpo de Bombeiros Militares do estado de Mato Grosso do Sul, portadores de graduação superior em qualquer área do conhecimento, conforme estabelecido no Termo de Cooperação Técnica Financeira nº 31/501.210/2016.

O número de vagas ofertadas será de, no mínimo 30 (trinta) e, no máximo, de 42 (quarenta e dois) alunos.

## **8. PERFIL DO EGRESSO**

O profissional formado no Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Segurança Pública com Ênfase em Políticas Estratégicas e Alto Comando deverá ser capaz de atuar nas áreas de política, gestão, planejamento e técnicas operacionais no âmbito do sistema de segurança pública, fundamentado nos princípios da cidadania, dos direitos humanos e da cultura da paz, em relação às atividades de prevenção e enfrentamento dos conflitos contemporâneos.

## **9. COORDENAÇÃO E COLEGIADO DO CURSO**

O Coordenador do Curso, que presidirá o Colegiado do Curso, será um professor do quadro efetivo da UEMS, ministrante de disciplina no curso, eleito por seus pares para um mandato de tempo em que durar o Curso.

O Colegiado de Curso será constituído por três representantes docentes e por um representante discente. Todos deverão ser eleitos pelos seus pares.

## **10. PERÍODO DE REALIZAÇÃO**

O curso, de caráter temporário, terá a duração mínima de 06 meses e a máxima de 12 meses, sendo que o período destinado para oferecimento das disciplinas e trabalho de conclusão de curso será previsto em calendário acadêmico aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE).

## **11. MATRIZ CURRICULAR, CARGA HORÁRIA E CRÉDITOS DAS RESPECTIVAS DISCIPLINAS**

A carga horária total do curso é de 360 horas e correspondem ao total de 24 créditos, conforme segue:

	<b>Disciplina</b>	<b>C.H.</b>	<b>Créditos</b>
01	Direitos Humanos, Ética e Cidadania	30	02
02	Legislação Aplicada à Segurança Pública	30	02
03	Estado, Governo e Políticas Públicas	30	02
04	Planejamento Estratégico Com Utilização do <i>Balanced Scorecard</i> (BSC)	30	02
05	Gestão por Competências e Avaliação de Desempenho	30	02
06	Formulação de Indicadores de Desempenho	30	02
07	Gestão de Convênios e Contratos	30	02
08	Gestão da Imagem Pública e Comunicação: Atividade Institucional da Segurança Pública	30	02
09	Governança Pública	30	02
10	Metodologia da Produção Acadêmica e Científica	30	02
11	Inteligência Estratégica de Segurança Pública	30	02
12	Conflitos, Negociações e Tomada de Decisões na Administração Pública	30	02
<b>Total Carga Horária</b>		<b>360</b>	<b>24</b>

Todas as disciplinas ofertadas serão obrigatórias e cuja reprovação, por qualquer motivo (conceito ou falta) ocasionará o imediato desligamento do aluno do programa.

## 12. DISCIPLINAS: EMENTAS, OBJETIVOS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 12.1 DIREITOS HUMANOS, ÉTICA E CIDADANIA 30 horas

#### **Ementa:**

Introdução a Direitos Humanos: Abordagens histórico-culturais, observando os direitos humanos nas atividades exercidas (sensibilização para a percepção do ser humano como titular de direitos e buscar uma reflexão sobre o servir e proteger em se tratando da Defesa Social, como responsabilidade social para a reorientação da sua práxis). História social e conceitual dos Direitos Humanos e fundamentos históricos e filosóficos; Desmistificação dos Direitos Humanos como dimensão exclusiva da área jurídico-legalista, enfocando as dimensões Ético-Filosófica, Histórica, Jurídica, Cultural, Econômica, Psicológica e Político-Institucional dos Direitos Humanos na ação do profissional da área de Segurança Pública. A ação do profissional de Segurança Pública nos mecanismos de proteção Internacionais e Nacionais dos Direitos Humanos; Fontes, sistemas e normas de Direitos Humanos na Aplicação da Lei: Sistema Universal (ONU), Sistemas Regionais de Direitos Humanos. O Brasil e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos (OEA); Princípios constitucionais dos direitos e garantias fundamentais, como embasamento para o planejamento das ações voltadas para servir e proteger o cidadão como responsabilidade social e política; Programa Nacional de Direitos Humanos, a Segurança Pública e o Sistema Nacional de Direitos Humanos; Direitos individuais homogêneos, coletivos e transindividuais.

#### **Objetivos:**

- Identificar os principais aspectos éticos, filosóficos, históricos, culturais e políticos para a compreensão do tema dos Direitos Humanos, construindo a partir da vivência pessoal, uma elaboração conceitual pluridisciplinar dos Direitos Humanos para que possa

analisar de modo crítico a relação entre a proteção dos Direitos Humanos e a ação do profissional de Segurança Pública.

- b) Demonstrar a relação entre a cidadania do profissional da área de Segurança Pública e o fortalecimento da sua identidade social, profissional e institucional, interagindo com os diversos atores sociais e institucionais que atuam na proteção e defesa dos Direitos Humanos.
- c) Compreender as questões éticas e refletir sobre o seu papel como profissional da Segurança Pública para que auxilie nos seus momentos de decisão, sejam eles momentos particulares ou profissionais, reconhecendo a visibilidade moral e a importância de uma postura político-pedagógica que a atuação do profissional de Segurança Pública requer ao antagonizar as atividades ilícitas e criminais.

#### **Bibliografia Básica:**

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. Direitos humanos: coisa de polícia. Passo Fundo: CAPEC, 1998.

\_\_\_\_\_. Polícia e Direitos Humanos: do antagonismo ao protagonismo. Porto Alegre: Seção Brasileira da Anistia Internacional, 1994.

JESUS, José Lauri Bueno. Polícia Militar e Direitos Humanos: Segurança Pública, Brigada Militar e os Direitos Humanos no Estado Democrático de Direito. Curitiba: Juruá, 2004.

KIPPER, Délio José (Org.) Ética e prática: uma visão multidisciplinar. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

ROBLES, G. Os Direitos fundamentais e a ética na sociedade atual. São Paulo: Manole, 2005.

#### **Bibliografia Complementar:**

BREGA FILHO, Vladimir. Direitos fundamentais na Constituição de 1988: conteúdo jurídico das expressões. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

BOBBIO, N. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

BULGARELLI, Reinaldo. Diversos somos todos: valorização, promoção e gestão da diversidade nas organizações. (s.l.): Cultura, 2008.

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

<b>12.2 LEGISLAÇÃO APLICADA À SEGURANÇA PÚBLICA</b>	<b>30 horas</b>
---	-----------------

#### **Ementa:**

Responsabilidade Civil, Penal e Administrativa do servidor público; Crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral; Paradoxos da Segurança Pública no Brasil; Acesso a Justiça.

#### **Objetivos:**

Identificar os principais conceitos das Legislações básicas aplicadas à Segurança Pública em âmbito nacional e local, nas esferas pública e privada.

**Bibliografia Básica:**

ARAÚJO, Luiz Alberto David; e, NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. Curso de Direito Constitucional. Saraiva: São Paulo, 2012.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

TAVARES, André Ramos. Direito Constitucional. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal. São Paulo: Saraiva.

CUNHA, Rogério Sanches. Crimes Funcionais. Salvador: JusPODIVM, 2004.

**Bibliografia Complementar:**

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

DEZEM, Guilherme Madeira. Curso de Processo Penal. São Paulo: RT, 2013.

LOPES JR., Aury. Direito Processual Penal. 12 ed. São Paulo: Saraiva.

MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

<b>12.3 ESTADO, GOVERNO E POLÍTICAS PÚBLICAS</b>
--

<b>30 horas</b>
-----------------

**Ementa:**

Conceito de Estado nos principais paradigmas da Ciência Política contemporânea, buscando as interfaces com a reflexão sobre a concepção, objeto e campo de estudo das políticas públicas, com destaque para os modelos de análise. A noção de público e privado e o nascimento e consolidação da esfera pública. O processo de formação de políticas: temas, agenda setting; implementação e avaliação: aspectos conceituais e metodológicos. Agentes, racionalidades e instâncias decisórias. Poderes de Agenda. As políticas públicas de corte social: princípios, mecanismos e sua trajetória e desenvolvimento em nível internacional e do Brasil.

**Objetivo:**

Compreender a tipologia das políticas públicas e sua correlação com a dinâmica do Estado e suas variantes relativas à interlocução com a sociedade.

**Bibliografia Básica:**

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 2005.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Teoria do estado e Ciencia Politica. São Paulo: Saraiva, 2002.

BOBBIO, Norberto. Estado, Governo e Sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 2010.

HABERMAS, Jürgen. A crise de legitimação do capitalismo tardio. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1982.

**Bibliografia Complementar:**

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Brasília: Editora UnB, 1983.

MALUF, Sahid. Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 2008.

MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. São Paulo: Saraiva, 2009.

OFFE, Claus. Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLSON, Mancur. A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: EDUSP, 1999.

<b>12.4 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO COM UTILIZAÇÃO DO BALANCED SCORECARD (BSC)</b>	<b>30 horas</b>
---	-----------------

**Ementa:**

Definições e especificidades dos conceitos de estratégia e planejamento organizacional. Evolução das concepções de formulação estratégica em gestão empresarial. Detalhamento do conceito de ciclo estratégico. Etapas do processo de formulação estratégica. Diagnóstico interno e externo. O papel da análise prospectiva na formulação da estratégia organizacional. Processo decisório estratégico. Desdobramentos da formulação estratégica: implementação de ações prioritárias, alinhamento organizacional, controle e avaliação de projetos e processos de negócio.

**Objetivos:**

- Compreender o conceito de Estratégia Organizacional, diferenciando-o do de Planejamento.
- Detalhar o conceito de Ciclo Estratégico em suas etapas fundamentais.
- Adquirir domínio conceitual e prático consistentes para conceber, implementar e gerenciar um processo de formulação estratégica organizacional.
- Descrever, comparar e criticar modelos de avaliação em programas, visando ao planejamento de avaliações mais efetivas.
- Planejar uma pesquisa avaliativa de programas e interpretar seus resultados.

**Bibliografia Básica:**

AMANA-KEY. Coletânea estratégia: gerando estratégias alinhadas aos valores dos novos tempos. Amana-Key: 1990.

ANSOFF, H. Igor. Estratégia empresarial. São Paulo: McGraw-Hill, 1977.

\_\_\_\_\_. McDONNELL, Edward J. Implantando a administração estratégica. São Paulo: Atlas, 1993.

\_\_\_\_\_. DECLERK, Roger P.; HAYES, Robert L. (Org.) Do Planejamento Estratégico à Administração Estratégica. São Paulo: Atlas, 1987.

CALIXTA TAVARES, Mauro. Planejamento estratégico: a opção entre o sucesso e o fracasso empresarial: Harbra, 1994.

CHIAVENATO, Idalberto. Teoria Geral da Administração. Ed. Compacta. São Paulo: Atlas, 2000.

**Bibliografia Complementar:**

HARVARD BUSINESS REVIEW – Coletânea planejamento estratégico. São Paulo: Campus, 2002.

HSM MANAGEMENT – Coletânea estratégia e planejamento. São Paulo: Publifolha, 2002.

KAHNEY, Leander. A cabeça de Steve Jobs. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

KIM, Chan; MAUBORGNE, Renée. A Estratégia do oceano azul. Rio de Janeiro: Campus – Elsevier, 2005.

KOTABE, Mazaaki; HELSEN, Kristiaan. Administração de Marketing Global. São Paulo: Atlas, 2000.

<b>12.5 GESTÃO POR COMPETÊNCIAS E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO</b>
---

<b>30 horas</b>
-----------------

**Ementa:**

A Gestão de pessoas com base em competências. Conceito do modelo de gestão por competências. Definição de competências. A Gestão das competências e a gestão por competências. Desenvolvimento de competências. A seleção por competências. Entrevista por competências. Gestão de remuneração por competências. Sistema estratégico de recompensas. Avaliação de desempenho por competências. Dimensões da avaliação de desempenho. Gestão da aprendizagem e do conhecimento. Aprendizagem organizacional. Gestão do conhecimento.

**Objetivos:**

Estudar a importância do investimento nas pessoas, dos fatores favoráveis ao desenvolvimento e gestão das competências, bem como os cuidados, desafios indispensáveis ao processo de avaliação de pessoas, seus caracteres e estrutura.

**Bibliografia Básica:**

ALBUQUERQUE, Lindolfo Galvão de. A gestão estratégica de pessoas. In: FLEURY, [M.T.L.et](#) al. As pessoas na organização. São Paulo, Ed. Gente, 2000. id9772453 <http://www.broadgun.com> ULRICH, D. Os campeões de recursos humanos. São Paulo, Ed. Futura, 1998.

DUTRA, Joel de Souza. Gestão por competências. São Paulo, Ed. Gente, 2001.

FLEURY, Maria Teresa Leme. A gestão de competência e a estratégia organizacional. In: FLEURY, [Maria Tereza Leme et](#) al. As pessoas na organização. São Paulo, Ed. Gente, 2000.

MASCARENHAS, André Oofenhejm. Gestão estratégica de pessoas. São Paulo: CENGAGE Learning, 2008.

VASCONCELOS, Flávio Carvalho de. Vantagem competitiva: os modelos teóricos atuais e a convergência entre estratégias teoria organizacional. RAE ñ Revista de Administração de Empresas, v.40, n.4, pp.20- 37, 2000.

BECKER, Brian E. et. al. Gestão estratégica de pessoas com score card. São Paulo, Ed. Campus, 2001.

<b>12.6 FORMULAÇÃO DE INDICADORES DE DESEMPENHO</b>	<b>30 horas</b>
---	-----------------

**Ementa:**

Planejamento, acompanhamento, avaliação e melhoria do desempenho; Metodologias de avaliação de projetos, processos e resultados; Avaliação ex-ante, durante e ex-post; Medidas de Eficiência, Eficácia e Sustentabilidade; Formatação de indicadores de desempenho; Avaliação de políticas e programas públicos; Agentes envolvidos no processo.

**Objetivos:**

Dotar os alunos de conhecimentos de natureza técnico-instrumental para o pensamento e a gestão estratégica, tática e operacional, oferecendo elementos para a elaboração políticas racionalizadas por sistemas de construção de indicadores que permitam a correta análise a avaliação de sua eficiência, eficácia e efetividade.

**Bibliografia Básica:**

CARDOSO, Regina L. S. Elaboração de indicadores de desempenho institucional e organizacional no setor público. São Paulo: CEPAM, 1999.

CARLEY, Michael. Indicadores sociais: teoria e prática. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

DEDDECA, Cláudio. Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho. In: Oliveira, C. A. B. et al. Economia & Trabalho: textos básicos. Campinas. Ed. Inst. Economia/UNICAMP, 1998.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, 23-7:70,2001.

HAKKERT, Ralph. Fontes de dados demográficos. Belo Horizonte, ABEP, 1996. Disponível em: . Acesso em: 22 jun. 2009.

<b>12.7 GESTÃO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS</b>	<b>30 horas</b>
---	-----------------

**Ementa:**

Aspectos teóricos e práticos da gestão de convênios em suas diversas a fases, desde a solicitação, celebração, execução, acompanhamento, as prestações de contas – parcial e final e recomendações legais. As implicações da LRF. Prestação de contas: responsável, prazo, documentos e envio; Prestação de contas parcial e final; Elementos constitutivos; Retenção



e recolhimento de tributos; Análise técnica; Análise financeira; Consequências da não apresentação da prestação de contas.

**Objetivos:**

Capacitar servidores para atuarem no planejamento, celebração, execução e análise de prestação de contas dos convênios e contratos de repasse e similares.

**Bibliografia Básica:**

BITTENCOURT, Sidney. Manual de convênios administrativos. Rio de Janeiro: Temas & Idéias, 2005. DERANI, C. Privatização de serviços públicos. São Paulo: Max Limonad, 2002.

DI PIETRO, Maria Silvia Zanella. Parcerias na Administração Pública: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Contratos administrativos: Gestão, teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2002.

JUSTEN FILHO, Marçal. Teoria geral das concessões de serviço público. São Paulo: Dialética, 2003.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 11. ed. São Paulo: Dialética, 2005. MEIRELLES, H. L. Direito Administrativo brasileiro. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

\_\_\_\_\_. Licitação e contrato administrativo. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

<b>12.8 GESTÃO DA IMAGEM PÚBLICA E COMUNICAÇÃO: ATIVIDADE INSTITUCIONAL DA SEGURANÇA PÚBLICA</b>	<b>30 horas</b>
--	-----------------

**Ementa:**

Opinião Pública e Poder; Redes Sociais: Linguagem e Gestão Pública nas Redes Sociais Criação de Espaços Virtuais; Estado, Mercado e Sociedade no Contexto Global; Relacionamento com Públicos Estratégicos: Conteúdos para Redes Sociais ; Pesquisa de Opinião no contexto digital; Internet: Democracia, Informação e Espaço Público; Ética e Legislação em Redes Sociais; Psicologia e Redes: Perfis Sociais e Identidade; Imagem Corporativa e Gestão de Crises; Eventos e Comunicação Digital ; Discurso Organizacional: estratégias de construção; Planejamento Estratégico no Contexto de Redes Sociais; Indicadores e Métricas em Comunicação Digital.

**Objetivos:**

Proporcionar aos participantes conhecimentos atualizados sobre os conceitos e as práticas de Administração e de Comunicação em Negócios, utilizadas nas organizações modernas; apresentar o papel da comunicação integrada na formação da imagem e identidade corporativa; disponibilizar aos alunos a base conceitual para desenvolver planos e projetos nas áreas de comunicação organizacional integrada e fornecer os conhecimentos teóricos e

práticos para a gestão do cotidiano da comunicação institucional, mercadológica e interna. Analisar a comunicação nas organizações, avaliando seus processos, funcionamento, meios e seu papel na sociedade contemporânea.

**Bibliografia Básica:**

BUENO, Wilson da Costa. Comunicação empresarial: teoria e pesquisa. Barueri: Manole, 2003.

CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 1: Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CORRADO, Frank M. A força da comunicação: quem não se comunica... São Paulo: Makron Books, 1994.

TORQUATO, F. Gaudêncio. Tratado de comunicação organizacional e política. São Paulo: Pioneira/Thomson Learning, 2002.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. 4ª. Edição revista, ampliada e atualizada. São Paulo: Summus, 2004.

**Bibliografia Complementar:**

ANSOFF, H. Igor. Implantando a administração estratégica. 2a ed. São Paulo: Atlas, 1993.

ETZIONI, Amitai. Organizações modernas. 6a. ed. São Paulo: Pioneira, 1980.

FREITAS, Sidinéia Gomes. Formação e desenvolvimento da opinião pública - <http://www.portalrp.com.br/bibliotecavirtual/opiniaopublica/0017.htm>.

HAVE, Steven Tem. Modelos de Gestão - O que são e quando devem ser usados. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

MAFEI, Maristela. Assessoria de Imprensa – Como se relacionar com a Mídia. São Paulo: Contexto, 2004. □ MORGAN, Gareth. Imagens da organização. São Paulo: Atlas, 1996

<b>12.9 GOVERNANÇA PÚBLICA</b>	<b>30 horas</b>
--------------------------------	-----------------

**Ementa:**

Princípios filosóficos da Governança. Governança Pública: visão sistêmica e interdisciplinar. Governança pública e Democrática. Governança e governabilidade. Estado e Governo. Governança democrática e desenvolvimento. Conceitos centrais da gestão pública. Estado, Governo e a Sociedade. Diferenças entre governabilidade e governança. Governança Pública. Governança e profissionalização dos gestores públicos. Sistemas de controle da administração pública no Brasil.

**Objetivos:**

Compreender e interpretar conceitos e seus fundamentos a partir das teorias apresentadas; adquirir visão crítica sobre as experiências recentes de expressões de governança pública nos distintos modelos organizacionais de administração pública e nas diferentes esferas de governo.

### **Bibliografia Básica:**

ALMEIDA, Francisco Alberto Severo de. A governança corporativa em empresas públicas e a visão de suas práticas pelos stakeholders. Rio de Janeiro: ANPAD (anais), 2008.

BRASIL - TUBUNAL DE CONTAS DE UNIÃO. Referencial Básico de Governança: Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública, Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/referencial-basico-de-governanca-tcu-2014>> Acesso em 01 de abril de 2016.

BRASIL - TUBUNAL DE CONTAS DE UNIÃO. Governança Pública: Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública e Ações Indutoras de Melhoria. Brasília-DF, 2014. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2666622.PDF>> Acesso em 01 de abril de 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. SPINK, Peter (Orgs.). Reforma do estado e administração pública gerencial. 7.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

KISSLER, Leo & HEIDEMANN, Francisco. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro 40(3):479-99, Maio/Jun. 2006.

### **Bibliografia Complementar:**

OLIVEIRA, Justino Gustavo de. Governança, Governabilidade e Accountability: Qualidade na Administração Pública. Disponível em: <[https://moodle.unipampa.edu.br/pluginfile.php/128358/mod\\_resource/content/1/governanca%20a%20governabilidade%20accountability%20qualidade%20na%20adm%20publica.pdf](https://moodle.unipampa.edu.br/pluginfile.php/128358/mod_resource/content/1/governanca%20a%20governabilidade%20accountability%20qualidade%20na%20adm%20publica.pdf)> Acesso em 01 de abril de 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O modelo estrutural de governança pública. Revista eletrônica sobre a reforma do Estado, Salvador, n.10, jun./ago. 2007. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com/revista/RERE-10-JUNHO-2007-BRESSER20PEEREIRA.pdf>>. Acesso em: 01 de abril de 2016.

\_\_\_\_\_. Aplicação dos princípios da governança corporativa ao sector público. Revista de Administração Contemporânea. Curitiba, v.11, n.2, p.11-26, abr./jun. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-65552007000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552007000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 01 de abril de 2016.

MARÇOLA, Célia. Auditoria interna como instrumento de controle social na administração pública. Revista do Serviço Público, Brasília, v.62, n.1, p.75-87, jan./mar. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122006000300008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000300008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 01 de abril de 2016.

MELLO, Gilmar Ribeiro de. Governança corporativa no setor público brasileiro. 2006. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

**12.10 METODOLOGIA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA E CIENTÍFICA**

**30 horas**

**Ementa:**

Conhecimento: formas, criação e produção. Ciência e Universidade. Técnica e estruturação de um projeto de pesquisa. Métodos de estudo. Redação de textos: Revisão Bibliográfica, artigo, paper e relatório. Normas técnicas do trabalho científico (TCC).

**Objetivos:**

- a) Analisar e compreender as condições em que o conhecimento científico se desenvolve.
- b) Conhecer estratégias de estudo bem como as técnicas de escrita de textos acadêmicos.
- c) Preparar o profissional de segurança para a produção de texto científica ao final do curso (TCC).

**Bibliografia Básica:**

AZEVEDO, I. B. de. O prazer da produção científica. São Paulo: UNIMEP, 1999.

FEITOSA, V. C. Redação de textos científicos. São Paulo: Papyrus, 1997.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1992.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023: Informação – documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. NBR 10520: Informação e documentação – apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. NBR 14724: Informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

**12.11 INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**30 horas**

**Ementa:**

Inteligência: esboço histórico, definições, conceituação e princípios norteadores. Sistema e subsistemas de inteligência. Sigilo das informações. Produção da inteligência e Contrainteligência. Métodos e tecnologias disponíveis e necessárias: respeito à cidadania e a não-discriminação por qualquer motivo no contexto dos Direitos Humanos e da Constituição Federal do Brasil. Segurança da Informação: visão geral, políticas e estratégias. Práticas de inteligência estratégica. Escolas a estratégicas e suas principais abordagens. Formação do pensamento estratégico. Ambiente estratégico. Cenários. Pensamento sistêmico. Intenção estratégica. Posicionamento estratégico. Diferenciação estratégica

**Objetivos:**

Identificar e conhecer a atividade de inteligência, seus métodos e tecnologias, destacando sua importância no contexto estratégico necessário para realizar o planejamento das ações de segurança pública, seus princípios e fundamentos, de forma a auxiliar nas ações de manutenção da ordem social e promoção da paz pública num Estado Democrático de Direito. A abordagem das redes Estratégicas estratégicas no contexto da inteligência coletiva.

**Bibliografia Básica:**

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA. ABIN. Disponível em: <http://abin.gov.br>. Acesso em: 29 jan 2008.

ANDRADE, Gladson Gonçalves Vilela. Atividade de Informações/Inteligência no Brasil: Perspectivas e Propostas. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1998.

BRASIL. Constituição Federal. Brasília. DF. 2000. 512 p.

GOMES, Rodrigo Carneiro. A repressão à criminalidade organizada e os instrumentos legais: sistemas de Inteligência. JUS NAVIGANDI, Teresina, ano 10,n. 1114, 20 jul.

2006. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8669> Acesso em 12 nov. 2006.

PERRENOUD, Renato Penteado. A Análise de Inteligência para o Trabalho Policial. São Paulo: PMSP/CSP-II, 1996.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. SENASP. Disponível em: <[www.infoseg.gov.br](http://www.infoseg.gov.br)>. Acesso em 16 nov. 2006.

TONRY, Michael e MORRIS, Norval, Organizadores. Policiamento moderno. São Paulo: EDUSP, 2003. 645 p.

Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG). Cartilha de Policiamento Velado. 1990. 29 p.

**Bibliografia Complementar:**

MARCINEIRO, Nazareno e PACHECO, Giovanni C. Polícia Comunitária: Evoluindo para a Polícia do Século XXI. Florianópolis: Editora Insular, 2005.

SILVA, Jorge da. O controle da criminalidade e segurança pública na nova ordem constitucional. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

SOARES, Luiz Eduardo. Meu casaco de general: quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SOUZA, Herbert José de. Como se faz análise de conjuntura. 21ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

<b>12.12 CONFLITOS, NEGOCIAÇÕES E TOMADA DE DECISÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>
---

<b>30 horas</b>
-----------------

**Ementa:**

Conflitos: tipos, fontes e estratégias para resolução. O processo de negociação na administração pública. Tipos de decisão. Processo de tomada de decisão: etapas e agentes envolvidos. Avaliação dos resultados.

**Objetivos:**

- a) Identificar os conflitos no âmbito das unidades organizacionais/institucionais.
- b) Conhecer práticas e metodologias de superação dos conflitos com vistas aos objetivos institucionais.
- c) Desenvolver habilidades referenciais (pedagógicas, gerenciais) em comunidades de práticas.
- d) Despertar o interesse dos agentes públicos pela administração de conflitos como estratégia de desenvolvimento institucional.

**Bibliografia Básica:**

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; ALYRIO, Rovigati Danilo & MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva. Princípios de negociação: ferramentas e gestão. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FISCHER, Roger. Estratégias de negociação. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

GERZON, Mark. Liderando pelo conflito: como líderes de sucesso transformam diferenças em oportunidades. Tradução de Alessandra Mussi Araújo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

JUNQUEIRA, Luiz Augusto Costacurta. Negociação – Tecnologia e comportamento. 11. ed. Rio de Janeiro: COP Editora, 1995.

**Bibliografia Complementar:**

BERLO, David K. O. processo da comunicação. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FINLEY, Michael & ROBBINS, Harvey. Por que as equipes não funcionam: o que não deu certo e como torná-las criativas e eficientes. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

HOBBS, Thomas. Leviatã. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2006.  
JULIO, Carlos Alberto. A magia dos grandes negociadores. Rio de Janeiro: Negócio Editora, 2003.

MARTINELLI, Dante P. Negociação: como transformar confronto em cooperação. 1.ed. 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

### 13. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) compreende a realização de um estudo de pesquisa teórico ou teórico-empírico que será desenvolvido individualmente pelo aluno, no decorrer do curso, na forma de artigo científico.

O TCC deverá expressar os processos de ensino-aprendizagem realizados no curso, o desempenho pessoal do aluno, com o envolvimento do professor-orientador no projeto de investigação do aluno.

### 14. CRITÉRIOS PARA OBTENÇÃO DE CERTIFICADOS

Será concedido certificado de Especialista em Segurança Pública com Ênfase em Políticas Estratégicas e Alto Comando ao aluno que tenha cumprido os seguintes requisitos:



- a) aprovação nos 24 créditos ofertados, com frequência mínima de 75% em cada disciplina;
- b) aprovação na defesa oral do trabalho de conclusão de curso;
- c) não possuir débitos com a biblioteca e demais órgãos da UEMS.

## 15. METODOLOGIA

O Curso, será desenvolvido em 12 (doze) disciplinas, cada uma correspondendo a 2 (dois) créditos, abrangendo conteúdos específicos, por meio de aulas expositivas, discussões e debates, seminários, etc., com a obrigatoriedade de elaboração e apresentação pública de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sob a orientação de professor integrante do corpo docente do curso.

Os conteúdos poderão ser ministrados, também, na modalidade a distância em até 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, em todas as disciplinas, por meio da plataforma Moodle/UEMS, para envio de textos para leitura, realização de atividades e aprofundamento de pesquisas na rede eletrônica; ficando a critério de cada docente definir sobre a(s) metodologia(s) a ser(em) utilizada(s) no desenvolvimento do conteúdo proposto.

## 16. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

O desempenho obtido pelos pós-graduandos em cada disciplina dar-se-á mediante a aplicação de provas, exposição de trabalhos ou seminários, realização de oficinas, etc., onde cada disciplina terá um valor expresso em créditos correspondendo cada crédito a 15 horas.

O aluno reprovado em qualquer disciplina do curso ficará impedido de apresentar o trabalho de conclusão do curso (TCC) e será desligado do programa.

As especificidades do Sistema de Avaliação constarão do Regulamento do Curso, com observância ao Regimento do *Lato Sensu* da UEMS.

## 17. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares não são obrigatórias no curso, mas serão incentivadas na forma de participação em eventos (palestras, congressos, encontros, seminários, dentre outros).

## 18. INFRAESTRUTURA

### 18.1 Coordenação do Curso

A Coordenação do Curso funcionará na Unidade Universitária de Campo Grande da UEMS, localizada à Av. Dom Antônio Barbosa (MS-080), 4155, em frente ao Conjunto José Abrão, Campo Grande-MS.



## 18.2 Sala de Aula

As aulas serão ministradas em uma das salas de aulas existentes na Unidade Universitária de Campo Grande MS.

## 18.3 Acervo bibliográfico

O acervo geral da Biblioteca/UEMS compreende: livros, folhetos, periódicos, teses, fitas de vídeo, DVDs e materiais especiais. Todo o acervo está informatizado e disponível no site [www.uems.br/biblioteca](http://www.uems.br/biblioteca) com a possibilidade de acessá-lo tendo a informação no todo, dando a oportunidade de solicitar empréstimos via Biblioteca Central que se responsabiliza pelo intercâmbio.

A Biblioteca apresenta, em seu acervo, livros clássicos e obras contemporâneas, nacionais e estrangeiros, enciclopédias, dicionários, demais obras de referência e fontes de consulta, e assinaturas correntes de revistas nacionais e estrangeiras que atendem às demandas das linhas e projetos de pesquisa.

## 18.4 Acesso ao acervo

O acesso ao acervo bibliográfico é livre. Há restrições ao empréstimo de coleções e periódicos. A instituição conta com um sistema de detecção YD System para bibliotecas, com todo o acervo bibliográfico ativado, útil no controle de consultas e empréstimos. O acervo bibliográfico e de Trabalho de Conclusão de Curso está todo informatizado e disponibilizado “on-line”, sendo utilizado o software "THESAURUS".

A Biblioteca Central encontra-se em fase de informatização do acervo de materiais audiovisuais e periódicos e os empréstimos são realizados através de um leitor óptico, estando em estudo a implantação desse sistema nas demais unidades universitárias da UEMS.

## 18.5 Empréstimo

O empréstimo é realizado manualmente, por registro em carteira do usuário, conforme normas de empréstimo do Regulamento da Biblioteca Central, aprovado pela Resolução COUNI-UEMS 276/04.

## 18.6 Laboratórios e equipamentos

Os laboratórios de informática e salas especiais (multimeios, teleconferência e videoconferência) serão disponibilizados de acordo com a necessidade de cada disciplina, bem como, a utilização dos equipamentos audiovisuais para as aulas e demais atividades pedagógicas.

## 18.7 Recursos de informática, com conexão com a internet e acesso a bases de dados

A Unidade Universitária de Campo Grande dispõe de recursos de informática adequados para o corpo docente, discente e apoio técnico, com acesso à Internet, possibilitando aos docentes e alunos suprirem possíveis deficiências do acervo bibliográfico, através da Rede Mundial de Computadores.

## **19. DAS PARCERIAS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES E ÓRGÃOS**

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Segurança Pública com Ênfase em Políticas Estratégicas e Alto Comando, é fruto das parcerias entre Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP/MS), Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso do Sul (CBMMS), Fundação Escola de Governo do Estado de Mato Grosso do Sul (ESCOLAGOV/MS) e Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso Do Sul (FUNDECT) e poderá, ainda, firmar parcerias com outras instituições e órgãos públicos ou privados, visando desenvolver projetos de ensino, pesquisa, extensão e eventos, bem como para realizar e promover, no âmbito acadêmico e comunitário, projetos, cursos, palestras, seminários, jornadas e ciclos de palestras relativas aos objetivos da pós-graduação.